

	Autor(a)	Proposta
1	<p>Miguel Gomes Lima Associação dos Trabalhadores sem Terra da Zona Oeste - Residencial City Jaraguá</p>	<p>Aponta que as alterações na Lei do Plano Diretor Estratégico - PDE são poucas, mas podem ser significativas. Considerando a importância e complexidade do tema, sugere a realização de um Seminário para discutir as questões de habitação, uma vez que as oficinas territoriais foram esvaziadas.</p>
2	<p>Daniela Ferrari Toscano de Britto SINDUSCON-SP Sindicato da Indústria da Construção Civil de Grandes Estruturas de São Paulo</p>	<p>Apresenta as seguintes contribuições:</p> <ol style="list-style-type: none"> 1) Isenção de IPTU para o adquirente de HIS. Sugere não ter que ser necessário o pedido junto à Secretaria da Fazenda para conceder a devida isenção. Proposta é que essa isenção seja automática; 2) Caixa de tratamento de esgoto: ainda se vê em EHIS, em ZEIS, a exigência das concessionárias de Estação de Tratamento de Esgoto - ETE. Além de ser um custo para o empreendedor que vai implementar, ela tem um alto custo de manutenção. Às vezes é questão de apenas um ano para a concessionária trazer o coletor de esgoto para o local. Propõe que se facilite para beneficiar o morador da HIS; 3) Sobre HIS 1, cita o bônus equivalente para produção de HIS 1 implementado no PIU Setor Central, sugerindo que seja implementado em toda a cidade; 4) Relacionado às APPs aponta que estas áreas não podem ser utilizadas para nada além da própria função ambiental que possuem. Cita a dificuldade dos condomínios EHIS, HIS e ZEIS de efetivarem a preservação dessas APPs, uma vez que há muita invasão, lixo, animais, e etc. Propõe simplificação da utilização de APPs como áreas de lazer ou afins para facilitar a manutenção e conservação; 5) Pede facilidade para implantação de ciclovias e pontos de ônibus próximos à estes empreendimentos. Isso, porque atualmente é muito complexo conseguir a autorização para implementar um ponto de ônibus em um condomínio de HIS recém implantado, sendo necessário aguardar estudo da SPTrans, devendo nesse sentido haver mecanismos de facilitação dessa implementação; 6) Acerca de pequenas obras de drenagem, sugere desburocratizar, tornar mais simples sua efetivação. A solicitação de simples boca de lobo necessita de diversas autorizações e considera uma burocracia muito grande que, muitas vezes, impede a realização dessas pequenas obras. Sugere que seja realizado através de licenciamento simplificado;

		<p>7) Pede valorização de iniciativas culturais em áreas institucionais decorrentes do parcelamento de áreas maiores de 20.000m². Propõe facilidade para que uma Associação de Moradores do Bairro possa utilizar o espaço e se responsabilizar por essas áreas. Sugere esta destinação até que o poder público defina e efetue o devido uso da área institucional destinada quando do parcelamento do sol;</p> <p>8) Sugere o georeferenciamento de vagas de estacionamento. Cita que atualmente é muito caro fazer estacionamento e entende ser necessário criar mecanismo para facilitar que moradores encontrem vagas próximas a sua residência. Aponta para a necessidade de parques públicos de vagas e o georeferenciamento para localização da vaga de interesse do motorista;</p> <p>9) Sugere que a Transferência do Direito de Construir - TDC, além viabilizar a produção de HIS e áreas de parque, também possa abarcar propostas de resolução de conflitos com áreas de vizinhança;</p> <p>10) Sobre o IPTU progressivo em determinadas áreas, fala que em razão do custo da infraestrutura, a cobrança inviabiliza a produção habitacional. Sugere maior período de carência para reequilibrar custos e viabilizar a produção de HIS;</p> <p>11) Quanto à comprovação da destinação da HIS no momento de individualização do contribuinte, sugere que após o desmembramento da matrícula e individualizado o contribuinte, a destinação do imóvel seja apontado, para então realizar a cobrança do ITBI, isso para comprovar a correta destinação da HIS.</p>
3	Alexandre Bonfim França Unificação da Luta de Cortiços e Moradia	<p>Cita a necessidade de regularização dos conjuntos habitacionais e urbanização de favelas. Pede combate aos avanços de ocupação em ZEPAM, na região da Cantareira e Parque do Carmo, inclusive para edificações de alto padrão. Entende que não há fiscalização e árvores estão sendo derrubadas. Propôs maior preocupação com as mudanças climáticas.</p>
4	Manuel dos Santos Silva Associação dos Cidadãos Unidos da Zona Leste	<p>Questiona área de HIS que teve projeto desenvolvido e houve mudança do zoneamento para ZEPAM. Gostaria de reverter para ZEIS 2, e informa que o imóvel fica na Estrada D'Água (Fazenda do Carmo). Em relação à mobilidade, entende que há necessidade de mais paradas de ônibus e mais ônibus na Zona Leste.</p>

5	Nunes Lopes dos Reis Peabiru Trabalhos Comunitários e Ambientais	Aponta ser importante ter um bom diagnóstico para avaliação do que precisa ser revisado. Aponta que as notificações dos imóveis que não cumprem função social são poucas e estão aquém do necessário. Entende que falta fiscalização da destinação de HIS, pois observa que as moradias produzidas pelo setor privado não estão sendo concedidas para quem realmente cumpre com os requisitos.
6	Maria de Fátima dos Santos Associação dos Movimentos de Moradia da Região Sudeste	Cita áreas que foram desapropriadas para produção de HIS e, após a finalização das obras, as construtoras não destinando à população condizente. Fala também dos imóveis vagos e ociosos que precisam ser reformados para utilização por famílias de baixa renda - transformação em HIS. Reitera que há muito desvirtuamento na destinação de unidades de HIS e pede maior controle no atendimento. Aponta também a existência de muitos terrenos que estão vazios e não possuem qualquer construção, além da necessidade de mais fiscalização. Solicita mais prazo para os conselheiros do Conselho Municipal de Habitação - CMH encaminharem suas propostas para a revisão do PDE.
7	Alexandre Bonfim França Unificação da Luta de Cortiços e Moradia	Também fala da existência de áreas diversas que não cumprem função social e não são notificadas. Quando se dá a ocupação por famílias em situação vulnerável, rapidamente o proprietário e a justiça aparecem para reintegrar à posse. Aponta que quando é para cumprir a função social leva tempo, mas para tirar as famílias, a lei é muito ágil.
8	Antônia Lindinalva Ferreira do Nascimento Associação dos Moradores do Conjunto Habitacional 26 de julho	Questiona a situação dos imóveis abandonados no centro, que é muito grave. Inúmeras vezes os movimentos apontam os prédios e terrenos abandonados e não há o devido encaminhamento para notificação e providências. Na Av. São João, nº288, o edifício está ocupado por famílias carentes e atualmente ele está em fase de leilão. A Prefeitura precisava participar do leilão para viabilizar a moradia digna dos ocupantes do local, que já estão no edifício há anos. Questiona também se existe a possibilidade de a Prefeitura participar de leilões para desapropriar os locais para que as famílias possam morar.